

A segunda geração de imigrantes — potencial ou «handicap»?

Proponho-me submeter à vossa apreciação, tomando como base a emigração portuguesa, a seguinte questão, que se pode formular de modo alternativo: a segunda geração de emigrantes constitui um custo social de assistência ou um potencial para uma nova comunidade?

Naturalmente, esta questão coloca-se tanto à comunidade de origem como à de acolhimento.

Tratarei do trabalhador migrante, noção mais restrita do que a de estrangeiro.

Convirá lembrar que os emigrantes portugueses constituem, actualmente, em França a vaga migratória mais elevada; no recenseamento de 1975 atingem perto de 759 000 indivíduos, representando 22% do conjunto das nacionalidades estrangeiras; em 1921 eram apenas 11 pessoas.

Relembrem-se ainda, na parte que aqui nos interessa, duas características desta emigração:

A importância dos regressos na época de férias ou definitivamente, quer após dois anos de estada (razões conjunturais), quer ao cabo de dez anos;

O movimento do êxodo rural (sobretudo no Norte de Portugal), tendente a um estabelecimento majoritário em zona urbana francesa, sobretudo na região parisiense, que recebe quase metade dos emigrantes (318 535 indivíduos em 1975).

De um ponto de vista histórico e sociológico, as condições de fixação urbana da classe operária em França têm a sua causa fundamental no êxodo rural em direcção às zonas industriais iniciado no século XIX. Tal movimento, a princípio limitado ao interior das fronteiras ou fronteiro, foi seguido, a partir de 1851, por vagas migratórias sucessivas, as primeiras das quais belgas e italianas. Os Portugueses tornaram-se migração dominante entre os recenseamentos de 1968 e 1975. Etimologicamente, a origem da palavra *proletário* tem o sentido literal de «sem raízes» e, de facto, é o desenraizamento que se encontra na origem da aceitação do trabalho operário.

É neste ponto que se torna necessário acentuar a diferença entre o estrangeiro, que pressupõe uma comparação entre dois países ou duas culturas, e a noção de trabalhador migrante, que coloca o acento na mobilidade conotada com um estatuto económico e social muito determinado, como adiante se verá.

* Lassau-Cedress, Université Paris X.

Por outro lado, a recente crise económica, com o conseqüente aumento do desemprego, põe em evidência o fenómeno da imigração no seu significado quantitativo: a mão-de-obra barata transforma-se em mão-de-obra excedentária.

Se retomarmos alguns pontos estatísticos relativos à localização dos trabalhadores migrantes na economia francesa, encontraremos nesses pontos o registo, no trabalho e no espaço, das características de uma mão-de-obra com mobilidade.

E é isto mesmo que a população portuguesa indicia com a maior das simetrias, através do seu modo de vida, do seu vaivém, da sua incerteza quanto ao futuro imediato.

OS TRABALHADORES MIGRANTES DA DIVISÃO DO TRABALHO

Em França, cerca de 90% dos estrangeiros assalariados são operários (o conjunto dos assalariados comporta uma percentagem de operários um pouco superior a 50%). Uma percentagem de 93,9% dos portugueses são operários, em particular qualificados ou especializados, trabalhando essencialmente nas indústrias automóvel e da construção civil e ultrapassando, em 1975, o número de 10 000 trabalhadores sazonais.

Seguindo ainda a análise estatística¹, verifica-se que os estrangeiros ocupam os postos de trabalho que exigem maior esforço físico, em que são mais elevadas as mudanças de temperatura e mais desfavoráveis as condições de higiene. Encontram-se, por outro lado, nos ramos de actividade susceptíveis de maior risco de acidentes e representam, por esse facto, uma percentagem de acidentes de trabalho proporcionalmente mais elevada que a da população francesa².

A *presença espacial residencial* dos emigrantes completa esta precariedade: se bem que a população estrangeira com acesso à habitação social se encontra em vias de crescimento, os estrangeiros continuam numa situação mais desfavorável e desigual em relação aos Franceses. Com efeito, no recenseamento de 1975, para 16,4% de casais franceses alojados no parque habitacional muito desconfortável encontram-se 41,2% de casais estrangeiros. A população portuguesa caracteriza-se, fundamentalmente, por uma elevada taxa de sobrepopoamento, evidenciando igualmente uma percentagem acentuada de residência em lares e nos próprios locais de trabalho.

À *escala urbana*, os efeitos de segregação aparecem na lógica dos custos: a habitação social fica longe dos centros urbanos e encontra-se concentrada em zonas residenciais onde não se pode já falar de tecido social, mas apenas de aglomerados de população que não têm em comum mais do que a mobilidade e o nível de rendimentos.

Para as populações estrangeiras, este facto constitui o redobrar de uma ruptura com um tecido social: em primeiro lugar o que lhes é próprio e em seguida o do país de acolhimento.

Em muitos casos, o realojamento de estrangeiros encontra-se limitado, em consequência da legislação que fixa em 10% a taxa máxima de estrangeiros num conjunto residencial. Na região parisiense sucede ainda que a busca de um alojamento releva de uma escolha entre a permanência num local ve-

¹ Fonte: Ministério do Trabalho.

² Id.

tusto ou o abandono de um bairro ou de uma cidade onde se tinham restabelecido ligações.

O ensino: também aqui as nossas próprias verificações de investigação podem corroborar as estatísticas que indicam para o ensino secundário a existência de 33% de alunos portugueses em secções de ensino profissional curto.

Tivemos ocasião de observar o autoritarismo existente na orientação das crianças, destituído de qualquer consideração pelas suas aptidões e gostos, a confusão entre o que se relaciona com a aprendizagem da língua e o que se refere ao nível de conhecimentos gerais. A verificação de que as aptidões escolares se encontram relacionadas com o meio sociocultural de origem é demasiado frequente, tornando-se assim o alibi para uma selecção precoce, que nada tem a ver com a política de educação nacional.

Estes três níveis traduzem a precariedade da presença estrangeira. Como fundar sobre ela uma identidade?

Em nossa opinião, e ao cabo de outras investigações (ver a nota no final deste trabalho), os emigrantes portugueses interiorizam a precariedade que recai sobre a segunda geração, arriscando-se a produzir efectivamente os *handicaps* susceptíveis de justificar um reajustamento da assistência.

DA VIDA RURAL À PRÁTICA URBANA: A COMUNIDADE PORTUGUESA DE SÈVRES, NA REGIÃO PARISIENSE

A comuna de Sèvres, entre Paris e Versalhes, pôde ser estatuída como representativa das sucessivas correntes migratórias que a França conheceu.

Os emigrantes portugueses vivem numa divisão espacial entre dois países, entre idas e vindas, a deslocação das crianças de um ano para o outro e uma total incerteza quanto ao seu futuro imediato. São, como disse um deles, «semelhantes ao pássaro no ramo»³. Os projectos de construção de uma casa, ou o de regresso em caso de insucesso (por exemplo, escolar), podem igualmente ser entendidos como falta de enfrentamento em relação a três níveis de dificuldades existentes na instauração de uma nova identidade, ou como inexistência de experiências bem sucedidas nesse sentido:

a) A dificuldade resultante da classificação num *estatuto inferior*.

b) A dificuldade de integração num tecido urbanístico muito diversificado, como o das zonas suburbanas, em que mesmo a população local tem a marca da mobilidade. Em Sèvres, os portugueses habitam os interstícios do espaço urbano: habitações antigas destinadas à demolição, ilhas a reabsorver. Não constituem redes comunitárias, colónias, e, na realidade, apenas se tocam lateralmente.

Os seus horários de trabalho, bem como os sacrifícios financeiros destinados à construção da casa, excluem-nos da vida civil (ausência, por exemplo, de reuniões escolares, não frequência dos locais de lazer, falta de participação na vida associativa, sobretudo no que se refere às crianças). Não frequentando os cursos em francês, o seu nível de conhecimento da língua mantém-se muito baixo. Ora este primeiro nível de isolamento afasta-os do meio social urbano *enquanto meio informativo*.

Se é possível falar de um isolamento, torna-se também necessário verificar uma dificuldade própria desta situação.

³ Cf. *Le Rôle de l'Information dans l'Évolution des Comportements et des Aspirations des Migrants Portugais [...]*, DFC Estrasburgo.

Para a população portuguesa imigrada, pode contrapor-se ao abandono da comunidade rural, de uma divisão familiar do trabalho, a entrada na vida urbana, em que a família, tornada mononuclear, se encontra separada pelo trabalho e sofre, ainda, a promiscuidade no local de alojamento. A família encontra-se directamente confrontada com a comunidade urbana, sem as transições da vida colectiva local e do uso de espaços sociais de troca, que a concentração urbana torna difícil. Para as crianças, as longas ausências dos pais acentuam o efeito destas condições.

Os equipamentos colectivos, os serviços públicos integrantes da sociedade industrializada e a relação administrativa deveriam substituir uma vivência de transições do espaço familiar ao espaço colectivo, da relação entre parentes, personalizada na tradição oral de uma troca.

Ora a prática urbana releva de um código de uso e de uma codificação espacial que ultrapassam em muito o facto de existir uma diferença linguística. Para a população migrante, a marginalização primeiro, bem como, depois, a impermeabilidade de uma ordem social nova, podem ter repercussões sobre a educação e a formação, se não forem tomadas precauções adequadas.

c) *A terceira dificuldade resulta do elitismo* da cultura do país de origem do emigrante. Com o desaparecimento do folclore, da transmissão oral do saber, ao mesmo tempo que a cultura permanece elitista, que referências ficam para o emigrante? Também aqui se encontra o desenraizamento.

Para o país de acolhimento, o reconhecimento do emigrante passa pelo seu papel de mediador da sua própria cultura. Assim, esse papel deve ser apoiado por uma política cultural de democratização e de conquista para o exterior das suas fronteiras.

Em relação a estes desenvolvimentos, a nossa primeira conclusão é a de que a população imigrada pode viver profundamente *por simetria*⁴, aquilo que um modelo económico lhe deixa como papel (nível de emprego, salário, *habitat*, formação, acolhimento/regresso); pode acarretar uma série de *handicaps* que as estruturas de assistência criadas para o efeito não resolvem necessariamente — serviços especializados de acolhimento, serviços municipais de funcionamento permanente, grupos de acção preventiva (GAP). É sobretudo o custo da assistência em período de crise que acaba por conduzir à avaliação da população migrante numa perspectiva quantitativa. Não obstante, a população migrante representa um potencial e possui as mediações latentes para a passagem de um modelo rural a um modelo urbano.

Nesta óptica, efectuámos uma experiência com crianças portuguesas nos cursos de língua materna. O objectivo que se procurou alcançar foi o de avaliar o potencial que podem representar os filhos dos emigrantes e suscitar o aparecimento de uma nova comunidade de crianças, de diferentes nacionalidades, inscritas no *cursus* escolar.

A experiência associava uma tentativa pedagógica da professora (Sr.^a de Lima, que, por motivos pessoais que lamento, não pôde acompanhar-me nesta comunicação) com uma perspectiva sociológica, tendo a análise do facto migratório com base na comunidade de Sèvres constituído o objecto de uma pesquisa para o CNRS.

COLOCAÇÃO EM EVIDÊNCIA DE UM POTENCIAL: A SEGUNDA GERAÇÃO DE EMIGRANTES

Ponto de partida experimental: havíamos pedido aos alunos (6 a 12 anos) que desenhassem o local onde moravam, em Sèvres, e que representassem o caminho de casa até à escola. Muitos poucos conseguiram produzir alguma coisa. Os desenhos representavam apenas a fachada de edifícios com uma sucessão de janelas iguais, uma das quais marcada com uma cruz para indicar a sua casa, ou, para o caminho de casa à escola, era um traçado coberto de viaturas. Nenhum ser humano, nenhuma particularidade de reconhecimento, ou de conhecimento, de um lugar. Pôde notar-se, simultaneamente, que as crianças não tinham, realmente, qualquer conhecimento do seu bairro.

Quando a professora lhes solicitou que desenhassem a «terra», a diferença surgiu com clareza: riqueza de detalhes topográficos, espaciais, arquitectónicos, actividades dos habitantes da aldeia, presença de animais e riqueza cromática sempre apropriada ao objecto representado (o que não acontecia com os desenhos de Sèvres).

Partindo deste facto, a docente dirigiu o seu ensino no sentido de um regresso às origens, ao ponto em que as representações se tinham fixado, associando nos temas de trabalho a evocação do meio conhecido ao estudo das actividades do país (pesca, culturas...).

Tratava-se, assim, de reencontrar a origem de uma identidade cultural ressurcida nos desenhos, que se encontrava interdita no presente e que impedia qualquer nova experiência positiva. (Com efeito, estas crianças demonstravam, na sua maioria, dificuldades escolares e bloqueios quanto à aprendizagem da sua própria língua.)

A partir de então, foi possível retomar o relacionamento com o ambiente actual de Sèvres, recusado pelo projecto parental desiludido — através de uma nova familiarização com a cidade, a sua história e actividades, em relação às quais as crianças efectuaram investigações. Por meio desta experiência, eram recolocadas num *espaço de circulação, de troca informativa*.

A adequação de um princípio pedagógico foi posta à prova em cursos integrados, colocando frente a frente crianças de diferentes nacionalidades (do Magrebe, italianas, portuguesas).

Tomando como base a difusão da língua portuguesa no mundo, foi estudado o Brasil, e isso conduziu à preparação de um carnaval para uma festa escolar. Estava-se longe da restituição de um paralelismo *entre língua* de origem e língua de acolhimento, que tem uma função dissociante.

Às crianças foi possível, com muita rapidez, manifestar espontaneamente recordações das práticas culturais que se prestavam a comparação, pela evocação dos países que representavam.

Atingiram-se dois objectivos importantes:

- 1) O aparecimento de relações directas entre crianças, ultrapassando o efeito de polaridade da professora. Seria deste modo que poderia ser construído um espaço de consciência intercultural, em lugar de ser formalmente tomado como modelo;
- 2) O desenvolvimento da expressão, da palavra (criticada pelos pais, muitas vezes, como não constituindo ensino). Porque este é bem um dos aspectos mais frágeis da situação do imigrado.

É por meio desta aprendizagem que o imigrado pode refazer a sua identidade, fazendo a experiência linguística da *asserção* e formalizando o seu enraizamento numa história onde a emigração, decisão dos seus pais, tomou lugar. O que quisemos provocar foi a simbolização deste processo.

Foi preciso partir da marca afectiva da «terra» para elaborar uma nova definição territorial diferente de uma ou de outra referência geográfica ou nacional.

Para o estrangeiro da segunda geração existe um *suplemento de experiência subjectiva*.

Para ele, de modo diferente do que sucede com o que nunca deixa a sua terra, a perda do território nacional pode conduzir à simbolização de um espaço de pertença mais fortemente elaborada na base de experiências culturais cumulativas.

No meio escolar, o estrangeiro pode encontrar-se na origem de uma nova dinâmica comunitária, no ponto em que cada criança deve tornar necessário para as outras o seu papel, o seu lugar, num espaço de diferenciação, e não de oposições binárias (dupla cultura).

Pretendemos, deste modo, mostrar o potencial dinamizador que a emigração pode representar em relação a toda a comunidade.

Partindo desta compreensão, poderão criar-se as condições sociais do seu desenvolvimento, nomeadamente na educação, na integração na vida civil, na formação e através de uma acção sobre as regiões de regresso dos emigrantes.

NOTA

Esta reflexão inscreve-se no âmbito dos estudos e das investigações realizadas em França sobre a imigração a partir de 1974.

As análises do fenómeno migratório, efectuadas principalmente nos domínios da sociologia, da economia e da demografia, abordam em particular as seguintes questões: a habitação, a mobilidade, o emprego, a escolarização, a formação profissional, a integração social e cultural; mais recentemente, têm-se realizado estudos sobre as patologias apresentadas pelos trabalhadores e pela segunda geração; ainda no quadro destes trabalhos mais recentes, encontramos alguns que se debruçam sobre a questão do regresso dos trabalhadores argelinos e portugueses.

As principais fontes documentais encontram-se no Ministère du Travail, Direction Population et Migrations, bem como no Laboratoire do CNRS ERMI, em Paris.

Especificamente relacionados com a emigração portuguesa, devem reter-se os seguintes trabalhos:

Rôle de l'information dans l'évolution des comportements et des aspirations des migrants portugais au cours de leur séjour en France, M. F. Andrieux, Université des Sciences Humaines de Strasbourg — Département de formation continue — Contrat DFC/FAS.

Les communautés ouvrières portugaises en France, C. E. Silveira Matos, EHESS — Sociologie, Thèse de 3e cycle.

Recherche sur la migration portugaise en France: le retour du migrant portugais, F. Neto, EHESS/CREDA — Psychologie — Anthropologie, Thèse de 3e cycle.

Les émigrés portugais parlent, A. Cordeiro, Paris, Castermann.

Immigrés Portugais, M. B. Rocha Trindade, Faculdade de Ciências Políticas e Sociais.

L'émigration portugaise, N. Anido e R. Freire, PUF, 1978.

Le retour des travailleurs portugais, Documentation Française, Ministère du Travail et de la Participation.

Sobre a comunidade portuguesa veja-se a nossa publicação:

Information et droit à l'information sur le logement pour la communauté portugaise à Sèvres et à Orsay en banlieue parisienne, A. e R. de Villanova, ATP CNRS — Rapport 1981,

bem como os nossos artigos:

«L'information en milieu portugais», in *Migrants Formation*, Maio de 1979, R. de Villanova.

«Les enfants portugais dans un espace urbain», n.º 40, Maio de 1980, R. de Villanova.

«Écoles et familles de migrants», G. de Lima e R. Villanova, in *Revue des amis de Sèvres*, CIEP, n.º 4, Dezembro de 1981.